

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LEONARDO LUIZ CARVALHO PUCCIARELLI

**A INFLAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E RECORTE ATUAL POR GRUPO DE
PRODUTOS**

VARGINHA
2022

LEONARDO LUIZ CARVALHO PUCCIARELLI

**A INFLAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E RECORTE ATUAL POR GRUPO DE
PRODUTOS**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientadora: Débora Juliene Pereira Lima

VARGINHA
2022

LEONARDO LUIZ CARVALHO PUCCIARELLI

**A INFLAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E RECORTE ATUAL POR GRUPO DE
PRODUTOS**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova o Trabalho de Conclusão de Piepex apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em 17 de agosto de 2022

Débora Juliene Pereira Lima
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Bernado Pádua Jardim de Miranda
Universidade Federal de Alfenas

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a inflação e o seu comportamento em um passado recente no Brasil, bem como o seu panorama nos primeiros cinco meses do ano de 2022, por grupo de produtos, sendo utilizados os índices IPCA e INPC para estas análises. Para a primeira etapa foi feita pesquisa bibliográfica para entender como se deu o comportamento da inflação dos anos 80 até a década atual, e como foram feitos os planos para o seu controle, dando ênfase ao Plano Real e ao Regime de Metas de Inflação e para a segunda etapa foram levantados dados quantitativos no Ipeadata para a mensuração da inflação por grupo de produto em 2021. O resultado do estudo foi de que o Brasil tem dificuldades em cumprir as metas anuais definidas no Regime de Metas de Inflação, mas que mesmo com números mais altos que o desejado, a inflação nunca mais alcançou níveis tão altos como os das décadas de 1980 e 1990, antes do Plano Real que foi o que estabilizou a inflação no Brasil.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Metas de inflação, intervalo e inflação efetiva (IPCA) de 1999 a 2021.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de variação mensal do INPC de alimentos e bebidas durante o exercício de 2022.

Gráfico 2 - Taxa de variação mensal do INPC de artigos de residência durante o exercício de 2022.

Gráfico 3 - Taxa de variação mensal do INPC de Comunicação durante o exercício de 2022.

Gráfico 4 - Taxa de variação mensal do INPC de Despesas Pessoais durante o exercício de 2022.

Gráfico 5 - Taxa de variação mensal do INPC de Educação, Leitura e Papelaria durante o exercício de 2022.

Gráfico 6 - Taxa de variação mensal do INPC de Habitação durante o exercício de 2022.

Gráfico 7 - Taxa de variação mensal do INPC de Saúde e cuidados pessoais durante o exercício de 2022.

Gráfico 8 - Taxa de variação mensal do INPC de Transportes durante o exercício de 2022.

Gráfico 9 - Taxa de variação mensal do INPC de Vestuário durante o exercício de 2022.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	08
2. Os planos de estabilização nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil	09
3. Regime de Metas de Inflação (RMI).....	13
4. A inflação em 2022 no Brasil por grupo de produtos.....	17
5. Considerações Finais.....	24
6. Referências.....	25

1 INTRODUÇÃO

A inflação é um importante indicador macroeconômico que pode ser definido como o aumento geral do nível de preços. No Brasil, durante a história recente, a inflação representou um dos maiores problemas econômicos, uma vez que, na década de 1980 e na primeira metade da década de 1990, ela atingiu níveis altíssimos e fez com que os governos implementassem diversos planos de estabilização.

No Brasil, os principais índices de preços são o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumir) e o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A inflação é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é calculado através de uma estimativa de preços da chamada “cesta de produtos e serviços” que conjectura bens e serviços que a população brasileira se utiliza em média, itens como alimentação, moradia e saúde são exemplos de variáveis contempladas para o cálculo do IPCA, segundo o Banco Central.

A inflação pode ter diversas causas, como as pressões de demanda (conhecida como inflação de demanda), pressões de custos de produção (conhecida como inflação de custos) e pode ser também inercial. Cada uma dessas causas exige uma maneira diferente de combater o problema. Em geral, quando a inflação é de demanda, os governos adotam medidas para restringir as condições de consumo, tais como: congelamento de salários, restrição do acesso ao crédito e elevação da taxa de juros. Para uma inflação de custos, é necessário subsidiar a produção de insumos nacionais e importados com a manipulação da taxa de câmbio ou controle de preços. Por fim, a medida para conter a inércia inflacionária, adotada pelo governo brasileiro durante a década de 1980, por exemplo, foi o congelamento de preços.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve retomada histórica da inflação no Brasil a partir dos anos 1980 até o período atual. Como os presidentes que tomaram posse tentaram estabilizar o índice de inflação durante os anos 80 e 90 por meio de diversos Planos, até chegar ao Plano Real, que foi o que estabilizou os índices no Brasil, e entender um pouco mais como está o panorama que o Brasil está vivendo em relação aos índices de preços, principalmente, IPCA e INPC.

Assim, o Trabalho de Conclusão de Piepex está dividido em: Definição, onde definimos e exemplificamos a inflação, depois disso, uma passagem desde os anos 80 até os dias atuais sobre o comportamento da inflação no país, e como os governos vigentes tentaram estabilizar esses índices em baixa. A terceira parte visa mostrar os indicadores macroeconômicos e os índices propriamente ditos, o que são, e qual o panorama atual deles

no país nos últimos tempos, com ênfase no INPC, onde analisaremos ele em todos os nove grupos.

2. Os planos de estabilização nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil

De 1979 até 1985, o Brasil foi governado pelo último presidente da ditadura militar, João Figueiredo. O panorama econômico dessa época foi caracterizado pela sobrevivência de um ciclo expansivo em decorrência do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Segundo Castro e Souza (1985) a aceleração econômica promovida pelo plano teria ocorrido por meio de endividamentos externos. Em um cenário mais amplo, os países mais desenvolvidos estavam passando por um processo de reestruturação produtiva em suas economias diante uma crise que ocorreu nos mesmos anos (crise do Fordismo) que se agravaria devido a suspensão da conversibilidade do dólar e, também, pelo choque do petróleo.

Não demoraria muito tempo para o cenário econômico do Brasil se alterar negativamente (o que aconteceu logo no começo da década de 1980) diante do segundo choque do petróleo e com a elevação das taxas de juros dos EUA, o que culminou em uma estagnação econômica e no aumento da inflação brasileira.

Nessa época, o Brasil apresentou uma queda considerável no Produto Interno Bruto (PIB), ao mesmo tempo em que a inflação começava a tomar proporções maiores, o que levaria o Brasil à hiperinflação anos seguintes. Segundo Silveira (2013), além disso, houve uma grande queda nos investimentos e um aumento exorbitante da dívida pública, tanto externa quanto interna. O Brasil que acostumou com um crescimento de 7% nas últimas décadas, viu esse índice baixar para 2%.

Tendo em vista esse cenário, o Brasil perdeu recursos internacionais que ficaram cada vez mais escassos, fazendo com que a renovação dos empréstimos se tornassem inviáveis. O país, então, enfrentava uma escassez de recursos de dimensões imensuráveis, e nesse contexto, o FMI (Fundo Monetário Internacional) dificultou a liberação de renda para os países periféricos que passavam por enormes crises, fazendo com que sua situação fosse cada vez pior. Segundo Filgueiras (1999), um acordo firmado entre os países endividados com o FMI implicou duras condicionalidades: controle da taxa de inflação, do déficit público, além da definição de taxas de juros, taxas de câmbio, dentre outras.

Além da crise econômica, o cenário político também era instável e houve pressão para a queda de João Figueiredo. Então, em 1985 o Brasil teve o primeiro presidente da chamada Nova República, José Sarney, que era candidato à vice-presidência pelo PMDB e assumiu o

cargo de Tancredo Neves, eleito indiretamente com larga vantagem, mas que nem sequer tomou posse devido à sua morte em 1985.

José Sarney assumiu o país em um cenário de incertezas e em meio a uma crise econômica. Segundo Silveira (2013), Sarney tinha o intuito de combater a inflação com seus chamados “choques heterodoxos”, cujos objetivos eram desindexar a economia com o uso de políticas de congelamento de preços que não foram eficazes para controlar a inflação de maneira sustentada. Assim, em 1986 foi anunciado, sob a liderança de Dilson Funaro, o Plano Cruzado.

Segundo Filgueiras (1999), para a criação desse Plano de estabilização macroeconômica, diversas ideias sobre como lidar com a inflação foram apresentadas. Mas a solução que decidiram adotar foi a posição inercialista, liderada por um grupo de economistas ligados à PUC do Rio de Janeiro. Ficou definido o seguinte: seriam utilizados choques heterodoxos, que consistem, dentre outras medidas, no congelamento dos preços. Houve também a criação de uma nova moeda, o Cruzado, e com ela, a desindexação total da economia brasileira.

De imediato, esse plano causou uma boa impressão, já que diminuiu a inflação e aumentou o emprego e a produção. Por outro lado, alguns fatores desfavoreceram a continuidade do Plano Cruzado, dentre eles, o fato de que alguns preços não estavam alinhados à moeda antiga. Outro fator importante para o fracasso desse Plano, segundo Filgueiras (1999), foi a situação internacional desfavorável caracterizada pela baixa liquidez. Além disso, a sobrevalorização do câmbio e a queda das exportações reduziram ainda mais as reservas internacionais o que levou a uma aceleração nos preços e o fim do Plano Cruzado.

Antes do seu fim definitivo, houve duas tentativas de manutenção do Plano. A primeira delas com o pacote fiscal, que tinha a finalidade de desacelerar o consumo e fazer com que a inflação se mantivesse baixa e a segunda tentativa de ressuscitar o Plano Cruzado foi por meio de um ajuste de preços públicos e aumento dos impostos indiretos. Esta segunda medida ficou conhecida como Cruzado II que não obteve êxito no controle da inflação. (FILGUEIRAS, 1999). Assim, a ideia de combater a inflação por meio de choques heterodoxos sem recessão, com estabilização de preços se mostrou fracassada.

Nos anos seguintes, outras duas tentativas de estabilização da economia foram postos em prática, o Plano Bresser (de Junho de 1987) e o Plano Verão (do ano de 1988). O Plano Bresser levava o nome do então Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira, e diferentemente dos planos de controle inflacionários, adotados pelo Governo Sarney, não

tinha grandes pretensões, apenas o de conter o avanço da inflação. O Plano Bresser teve vida curta (uma duração de apenas seis meses) e assim como os planos antecessores, não obteve êxito, pois a inflação atingiu 360% anuais e Bresser-Pereira deixou o cargo de ministro em Dezembro de 1987.

Pode-se dizer que o Plano Verão controlou a inflação no ano de 1989, porém, segundo Corazza (1989), esse controle foi ilusório e o Plano fracassou por não tratar dos problemas da dívida externa e interna e pela falta de apoio externo o que acarretou em uma pressão nas contas públicas. E, assim, podemos concluir que como seus antecessores, o Plano Verão não foi capaz de controlar a inflação.

Desta forma, de acordo com Filgueiras (1999), pode-se dizer que tanto os Planos ortodoxos, quanto as de cunho heterodoxo, foram ineficazes no combate ao avanço inflacionário. Diante da grande crise que se instalou na economia brasileira nesse contexto, as ideias neoliberais ganharam espaço no Brasil e no mundo, o que culminou na vitória de Fernando Collor de Mello em 1989.

Segundo Filgueiras (1999), Collor entrou na corrida eleitoral de 1990 como um “outsider” e com um discurso neoliberal. Após a sua vitória, Collor, colocou em vigor o chamado Plano Collor com certa pressa, apenas dois meses após a sua posse, pois o fracasso do Plano Verão fez com que os problemas econômicos fossem resolvidos rápido, já que a inflação estava acelerada e a economia indexada.

Segundo Carneiro (2009), as bases do Plano Collor foram as reformas, tanto monetárias quanto fiscais, o que gerou medidas polêmicas como o bloqueio severo de ativo. Além disso, houve congelamento de preços e salários, assim como nos planos anteriores.

Porém, isso só veio a ocorrer devido à altas intervenções no mercado financeiro, cujas consequências a médio e longo prazo foram pesadas, e acarretaram em uma série de problemas e entraves do Governo, fazendo com que o Plano perdesse apoio do congresso e, consequentemente, tem o mesmo fim visto por seus antecessores.

Com o fracasso do Plano Collor, o governo agiu rápido e implementou, em 31 de Janeiro de 1991 o Plano Collor II. As medidas desse plano, como congelamento de preço e de câmbio, foram respostas positivas em um curto prazo, mas no longo prazo, não surtiram os mesmos efeitos. Algumas das medidas foram adotadas para o controle da inflação, como o fim das operações *Overnight* e a implementação da Taxa Referencial de Juros (TRJ), além da ampliação dos impostos para operações financeiras.

Porém, assim como os outros planos de estabilização anteriores, o Plano Collor II também não foi eficaz, já que a inflação voltou a crescer, principalmente devido à quebra na safra agrícola e também a redução da oferta de alguns produtos.

Segundo Filgueiras (1999), o Plano Real, implementado durante o governo Itamar Franco fez parte da implementação das diretrizes definidas pelo Consenso de Washington ¹ no Brasil. A equipe que estava à frente do Plano Real teria que levar em consideração os erros cometidos pelo Plano Cruzado. Sendo assim, foi definida uma proposta de criação de uma nova moeda “dolarizada”, a URV (Unidade de Referência de Valor). Essa moeda, que servia como unidade de conta, foi importante para preparação do terreno para uma nova moeda, o Real.

Segundo Filgueiras (1999), o Plano Real no Brasil foi pensado em três etapas. A primeira delas foi o ajuste fiscal, que consistia em criar condições fiscais mais adequadas por meio de corte de gastos, aumento da arrecadação, renegociação de dívidas e a não emissão de títulos públicos. A segunda etapa foi a criação da URV, já tratada anteriormente. Por fim, a terceira etapa foi a criação da nova moeda, o Real, no dia primeiro de Julho de 1994. A nova moeda tinha paridade com o dólar (que valia CR\$2.750,00) e a valorização do câmbio era possível porque o governo possuía uma grande reserva de. Além disso, essa estratégia de controle da inflação só foi possível por meio de uma política de juros altos, com alto fluxo de capitais de curto prazo e altas reservas cambiais.

Segundo o Banco Central, com o Plano Real, o IPCA caiu de 47,43% para 6,84% em Julho de 1994 e para 0,99% no ano seguinte. Com isso, pode-se perceber que o Plano Real se mostrou eficaz no controle de preços com a adoção da âncora cambial. Segundo Bomfim (2015), o plano estava cumprindo o que prometeu, mas essas medidas tomadas para a obtenção de resultados de curto prazo deixam alguns efeitos adversos na economia.

A valorização do câmbio, segundo Bomfim (2015), fez com que as exportações brasileiras fossem desestimuladas e a produção industrial se reduzisse. As altas taxas de juros nominais, adotadas em um contexto de abertura financeira, aumentaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira. O último ponto discutido por Bomfim (2015) foi o desequilíbrio fiscal causado pelo Plano Real e o aumento do endividamento.

3 O Regime de Metas da Inflação (RMI)

¹ Encontro de economistas ocorrido em 1989 na capital dos EUA, que definiu as diretrizes de política econômica para países em desenvolvimento, além da necessidade de abertura dos mercados e de estabilização macroeconômica pelos mesmos.

Segundo Filgueiras (1999), com a crise da Ásia e do México no final da década de 1990, a manutenção das taxas de câmbio valorizadas tornou-se inviável por conta da perda de reservas internacionais. Com isso, em 1999 o regime de câmbio que até então era administrado passou a ser flexível. Com isso, o Plano Real (estratégia de controle da inflação por meio da sobrevalorização cambial) foi abandonado. Nesse mesmo ano, foi adotado o Regime de Metas de Inflação que tinha como objetivo, segundo o Banco Central, controlar a inflação por meio da manipulação da taxa de juros SELIC.

Substituto da âncora cambial, o RMI consiste na definição de metas para a inflação, previamente anunciadas pelo Bacen, por meio da taxa de juros de curto prazo. Na época, a ferramenta escolhida como chave para o controle inflacionário foi a taxa SELIC, que em suma representa os juros básicos da economia nacional.

Segundo Paula e Saraiva (2015) a primeira fase do RMI contemplou os seis primeiros anos (1999-2004) e foi marcada por certa dificuldade de cumprimento das metas por conta das desvalorizações cambiais que afetam os preços administrados como os da telefonia e da energia elétrica.

Em 2004, por outro lado, pôde-se notar um cenário mais otimista quanto ao cumprimento das metas de inflação estipuladas pelo Banco Central. O IPCA registrado foi de 7,6% no ano, o que representava um índice bem próximo da meta. No período entre 2005 e 2009 as metas foram alcançadas com maior facilidade, dado que entre os três primeiros anos deste período houve uma importante redução da inflação que atingiu o centro da meta. Vale destacar que em 2009 houve uma queda no IPCA para 4,3% decorrente da desaceleração econômica ocorrida até Junho daquele mesmo ano. (BANCO CENTRAL, 2022).

A partir de 2010, no entanto, pode ser observado um período de dificuldades para se alcançar a meta de inflação. Entre os anos de 2010 até 2014 os índices ficaram próximos ao teto da meta de inflação (o que correspondia entre 5,9% e 6,5%). Nesse período destaca-se o aumento do preço de alguns serviços, o que aconteceu pelo motivo das mudanças estruturais da economia do Brasil relacionados à uma melhoria na distribuição de renda e uma tentativa no número de desempregados.

Ainda em 2022, o RMI é o regime utilizado para controlar a inflação no Brasil. No entanto, especificamente a partir de 2021, a taxa de inflação medida pelo IPCA está acima da meta (4%, com centro da meta de 3,5%), o que pode ser explicado pelo aumento dos preços dos alimentos. Em grande medida, a alta nos preços dos combustíveis, assim como a

desvalorização cambial podem explicar o problema da inflação no Brasil de 2021 em diante. Os preços dos combustíveis representam um importante componente dos custos, ao passo que a taxa de câmbio desvalorizada reduz a oferta interna de alimentos, ao mesmo tempo em que encarece os insumos industriais importados. Sendo assim, a inflação no Brasil dos anos de 2021 e 2022 pode ser considerada de custos. O problema é que a manipulação das taxas de juros como instrumento de controle da inflação não é eficaz para o controle desse tipo de inflação, além de provocar um desestímulo ao investimento.

A Tabela a seguir apresenta o comportamento da inflação medida pelo IPCA no Brasil de 1986 a 2021

Tabela 1 – Metas de inflação, intervalo e inflação efetiva (IPCA) de 1999 a 2021.

Ano	Meta (%)	Intervalo (p.p.)	IPCA (%)
1999	8,0	2,0	8,94
2000	6,0	2,0	5,95
2001	4,0	2,0	7,67
2002	3,5	2,0	12,5
2003	3,7	2,0	9,30
2004	4,5	2,0	7,60
2005	4,5	2,0	5,69
2006	4,5	2,5	3,14
2007	4,5	2,0	4,56
2008	4,5	2,0	5,90
2009	4,5	2,0	4,31
2010	4,5	2,0	5,91
2011	4,5	2,0	6,50
2012	4,5	2,0	5,84
2013	4,5	2,0	5,91
2014	4,5	2,0	6,41
2015	4,5	2,0	10,67
2016	4,5	1,5	6,29
2017	4,5	1,5	2,95
2018	4,5	1,5	3,75
2019	4,5	1,5	4,31
2020	3,7	1,5	4,52
2021	3,5	1,5	10,06

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria (vários anos).

Pela Tabela 1 pode-se observar que, de 1999 (ano de implementação do RMI), a meta de inflação definida pelo Banco Central, oscilou, sendo que, nesse primeiro ano ela era de 8%. A partir de 2004, a meta de inflação foi definida em um único patamar de 4,5% até o ano de 2020 (quando foi definida em 3,7%). Pode-se observar também que a taxa de inflação efetiva extrapolou a meta em todos anos do período, exceto em 2000, 2006, 2009, 2017, 2018, 2019 e 2020. Nota-se também que no de 2021, essa taxa foi uma das maiores do período, 10,06%.

O IPCA é utilizado para medir a inflação oficial divulgada pelo RMI. A metodologia do IPCA engloba famílias que recebem até 40 salários mínimos das principais regiões metropolitanas com o intuito de ampliar as cestas de mercados e a gama de produtos cujos preços serão investigados. O IPCA é um índice do tipo Laspeyres, que é realizado por meio de uma média ponderada para medir a mudança de preços de um conjunto de bens de um determinado segmento durante certo período de tempo (Komesu, 2017). Além disso, o IPCA é calculado nos 30 dias do período de referência em relação aos 30 dias de um período determinado como base.

Os tipos de gastos levados em consideração são: gastos com alimentação, transporte e comunicação, despesas pessoais, vestuário, habitação, saúde e cuidados pessoais, e artigos de residência (CORRÊA, 2011).

O INPC, por outro lado, abrange uma população mais vulnerável com faixa de renda que fica entre um e cinco salários mínimos por família, então ele vai mensurar sobre como a variação de preços vai afetar a faixa de população mais carente (OURIQUE, 2013).

No mesmo segmento que o IPCA, o INPC é também pesquisado nas principais regiões metropolitanas do país, tentando diferenciar as realidades que existem no Brasil e os grupos abrangidos pela pesquisa do INPC são: Alimentação básica e bebidas, Habitação (aluguéis e contas em geral), vestuário, transporte, artigos de residência, despesas pessoais necessárias, educação e comunicação.

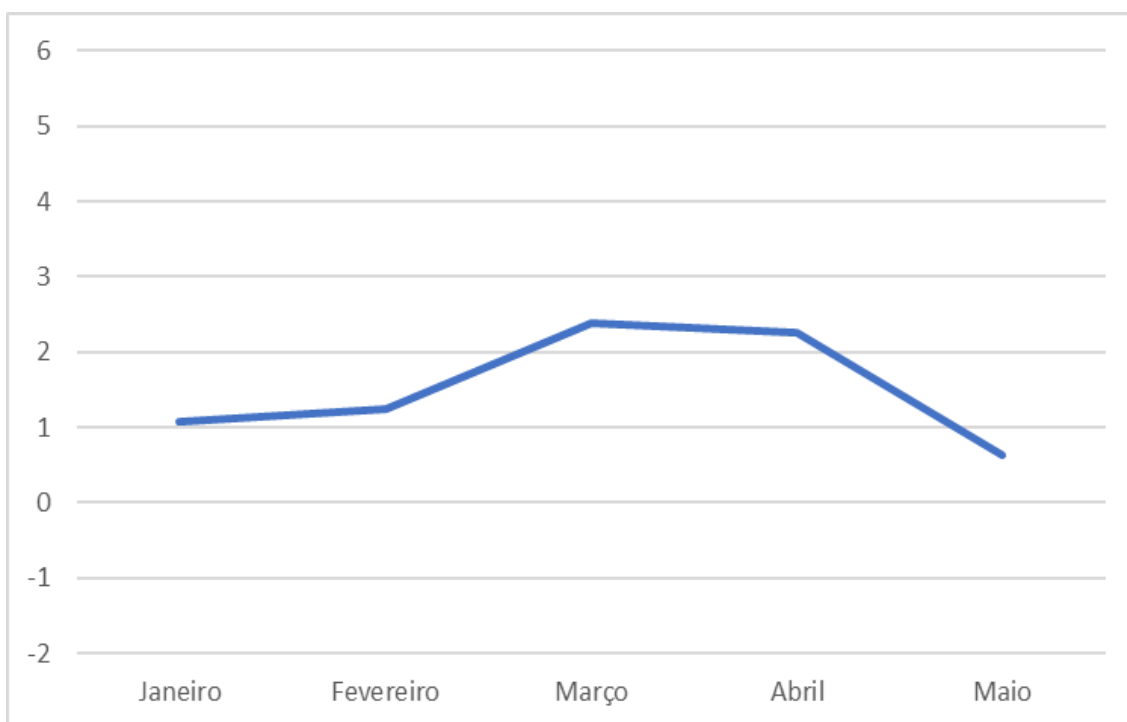
Da mesma forma que o IPCA, o índice do INPC apresentou valores muito elevados na década de 1980 até a criação do Plano Real, e neste momento foi diminuindo e se estabilizando com o passar do tempo, não apresentando uma nova explosão desde então.

O que se mostra visível é que o comportamento dos dois índices (IPCA e INPC) tiveram um comportamento similar ao longo do tempo. Além disso, pode-se dizer que, independente da renda da família observada, a variação dos preços dos bens de consumo vai afetar o padrão de vida. Da mesma forma do IPCA, o INPC é composto por nove grupos de consumo, sendo eles: Alimentação básica e bebidas, Habitação (aluguéis e contas em geral), vestuário, transporte, artigos de residência, despesas pessoais necessárias, educação e comunicação.

4 A inflação em 2022 no Brasil por grupo de produtos

Pode-se dizer que a inflação atual está bem distante da inflação que vigorou no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Em Janeiro de 2022, o IPCA chega em 10,60%, segundo o IPEADATA. Como já mencionado anteriormente, o INPC considera nove grupos de produtos, sendo eles: alimentos e bebidas, artigos de residência, comunicação, despesas pessoais, educação, habitação, saúde, transporte e vestuário. No gráfico a seguir será apresentado INPC para o grupo de bebidas e alimentos para o ano de 2022.

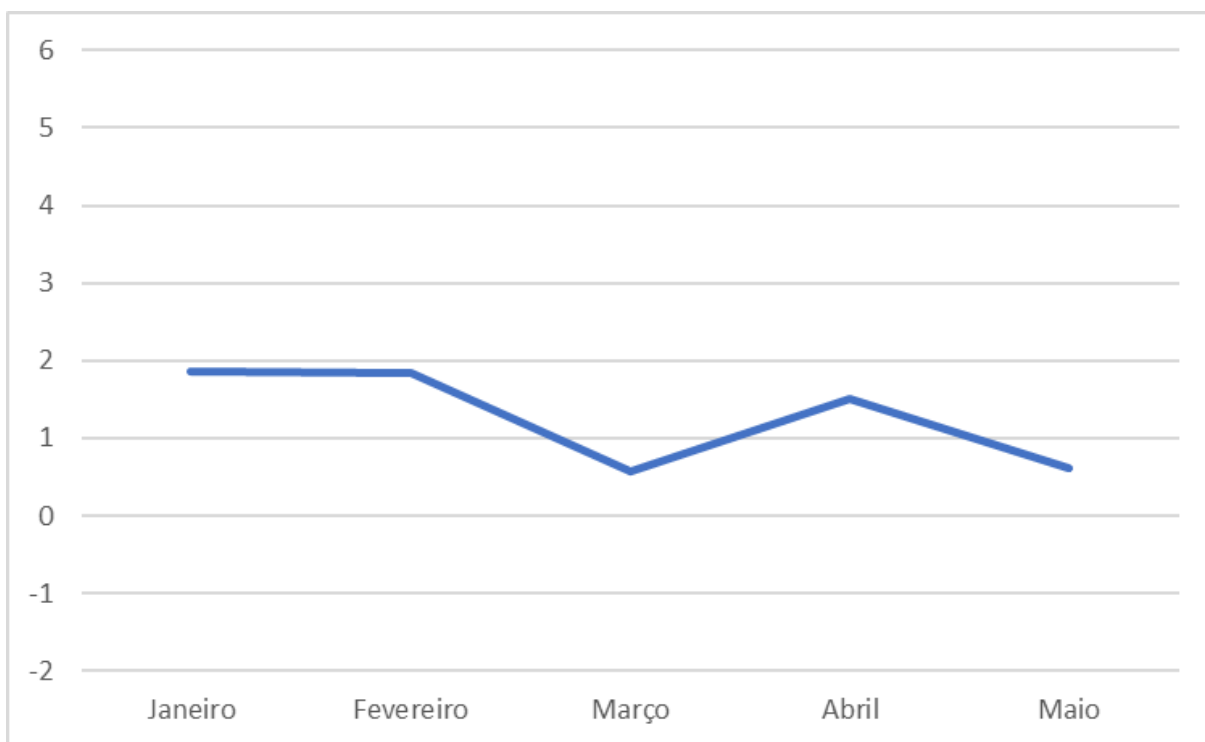
Gráfico 1 - Taxa de variação mensal do INPC de alimentos e bebidas em 2022. (%)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 1, pode-se observar que a maior variação positiva INPC do grupo de alimentos e bebidas, ocorreu em maior Março e Abril, porém apresenta variância positiva em todos os meses, dando um total de 7,61% a.a. até o mês de maio.

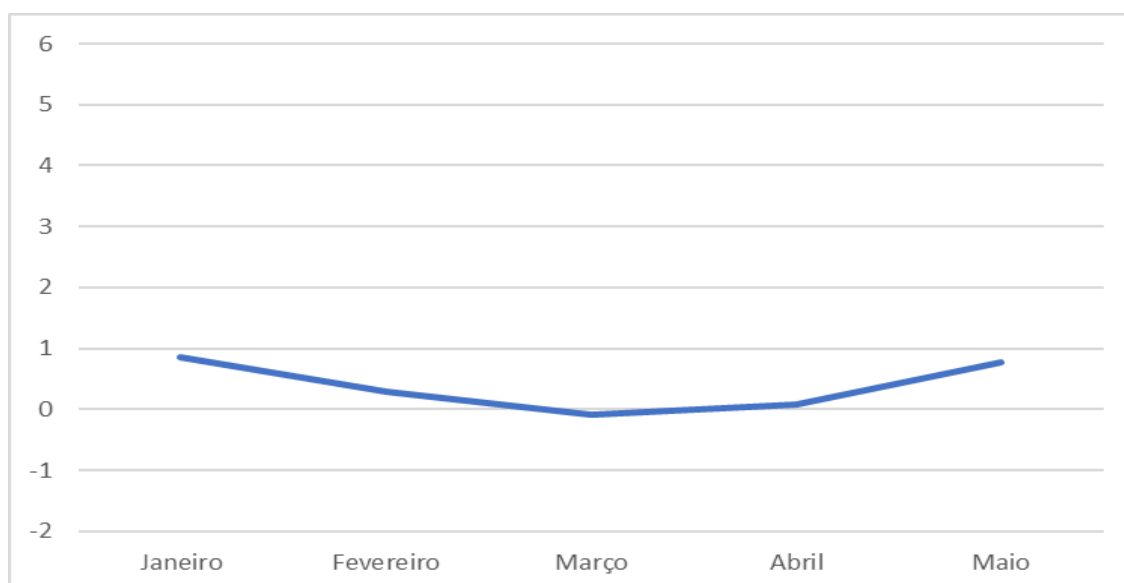
Gráfico 2 - Taxa de variação mensal do INPC para artigos de residência. (% a.m.) em 2022.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 2, as variâncias de INPC do grupo de Artigos de residência de todos os meses não apresentam grande discrepância, porém apresenta variância positiva em todos os meses, dando um total de 7,39% neste período.

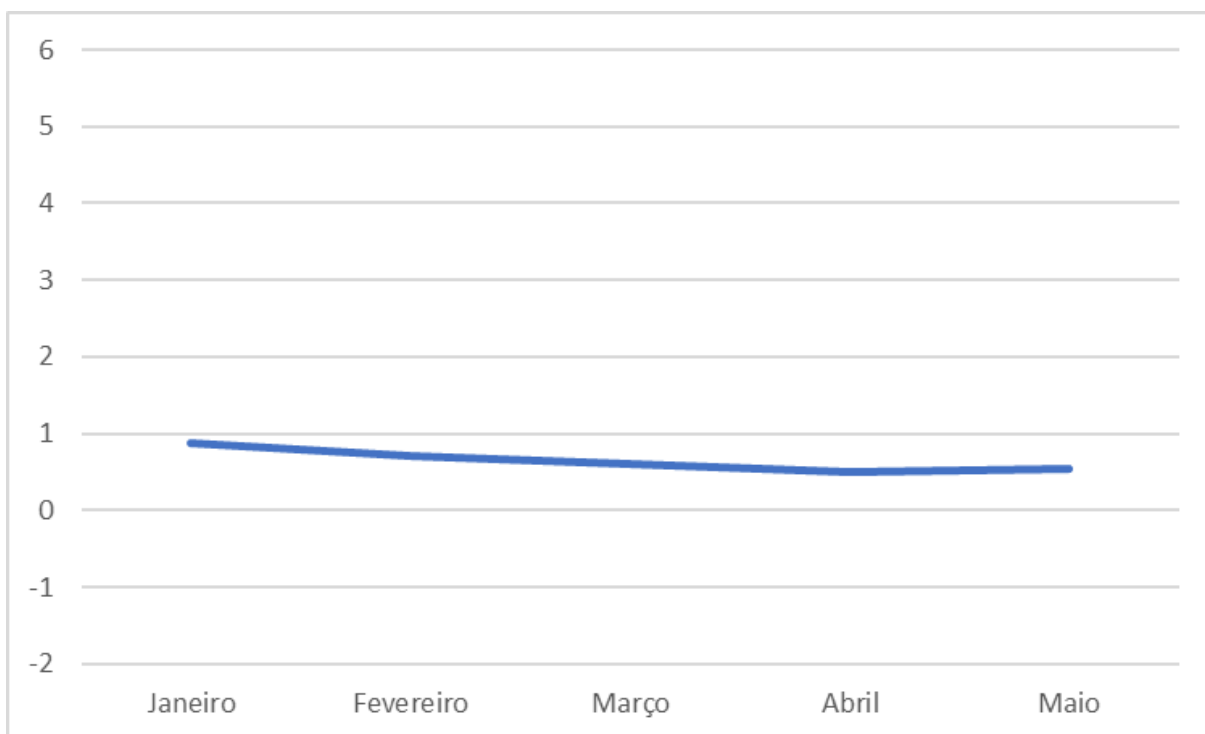
Gráfico 3 - Taxa de variação mensal do INPC para comunicação. (% a.m.) em 2022.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 3, a taxa de inflação para os produtos de comunicação é menor quando comparada aos outros grupos, não chegando a 1,0% a.m. em nenhum mês e com uma variância negativa no mês de Março, dando um total de 1,91% a.a.

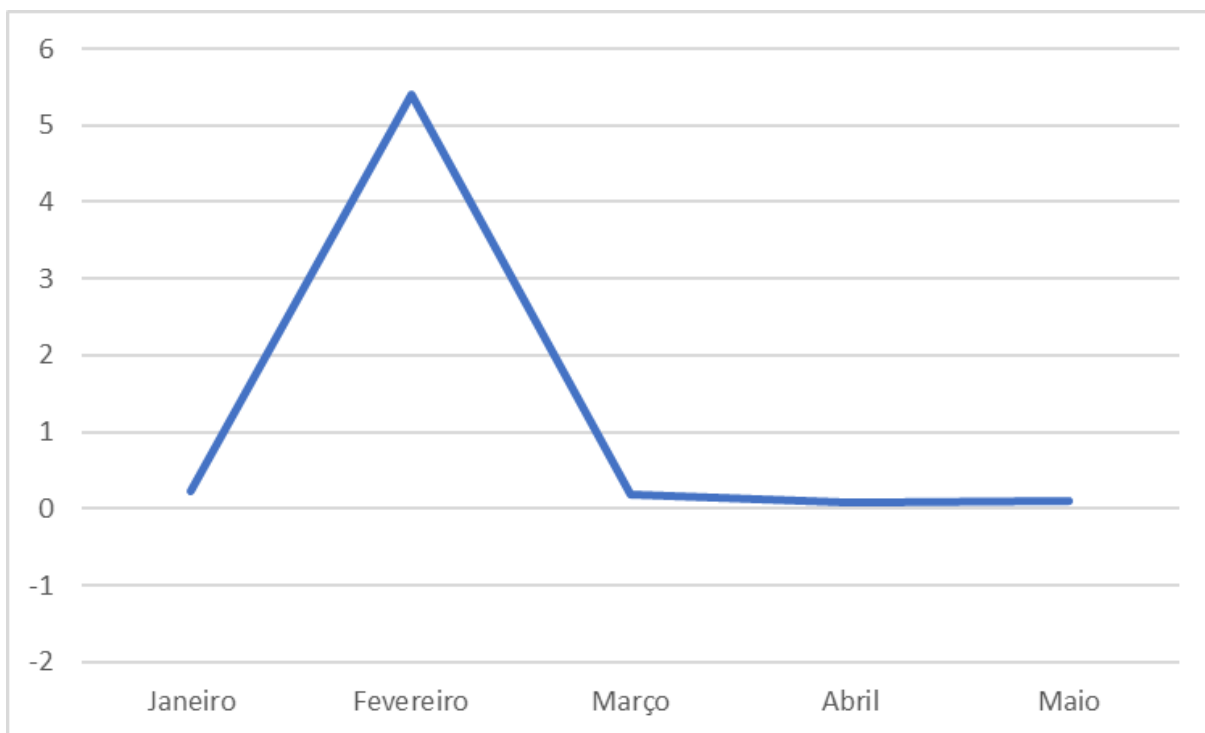
Gráfico 4 - Taxa de variação mensal do INPC de Despesas Pessoais em 2022. (% a.m.)



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 4 o INPC para o grupo de despesas pessoais menores que 1,0% em todos os meses, não apresentando mais que 1,0% a.m. Porém apresenta variância positiva em todos os meses, dando um total de 3,24% neste período.

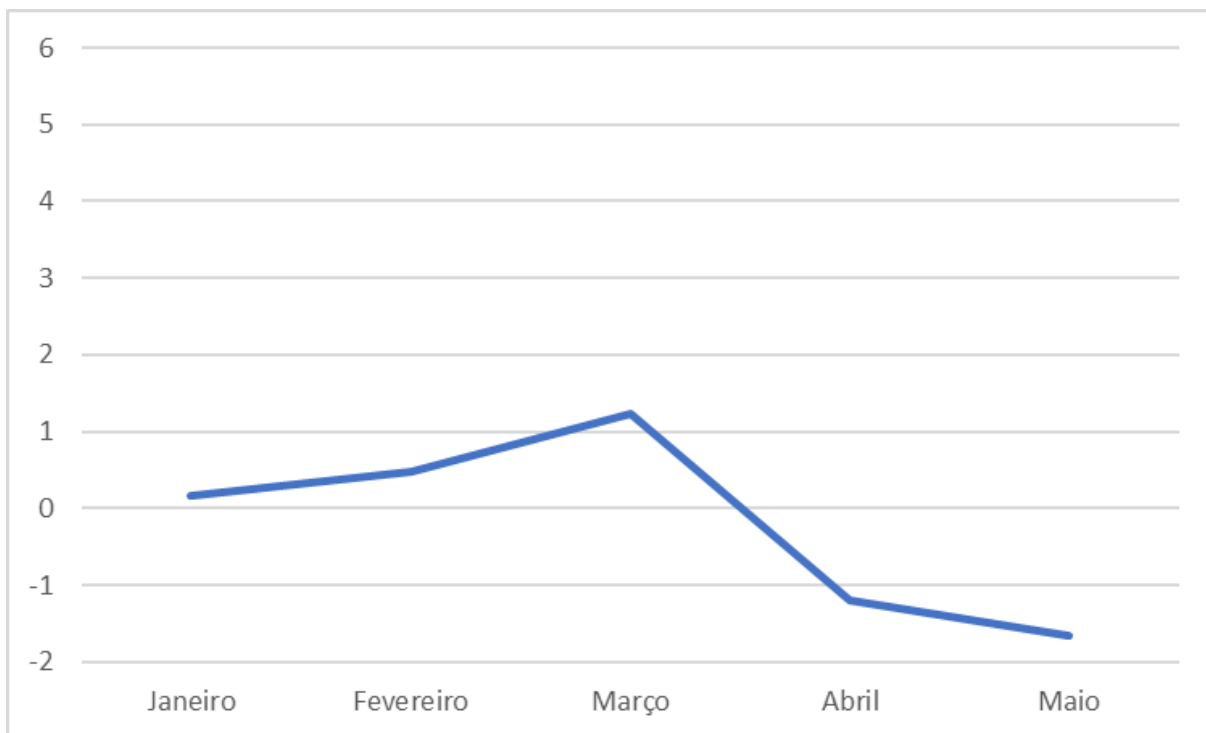
Gráfico 5 - Taxa de variação mensal do INPC de Educação, Leitura e Papelaria durante o exercício de 2022.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o gráfico 5, o INPC do grupo de Educação, leitura e papelaria é menor que 1,0% em todos os meses, exceto no mês de Fevereiro onde apresentou variância proporcional altíssima, de 5,41%. Porém apresenta variância positiva em todos os meses, dando um total de 6,02% neste período.

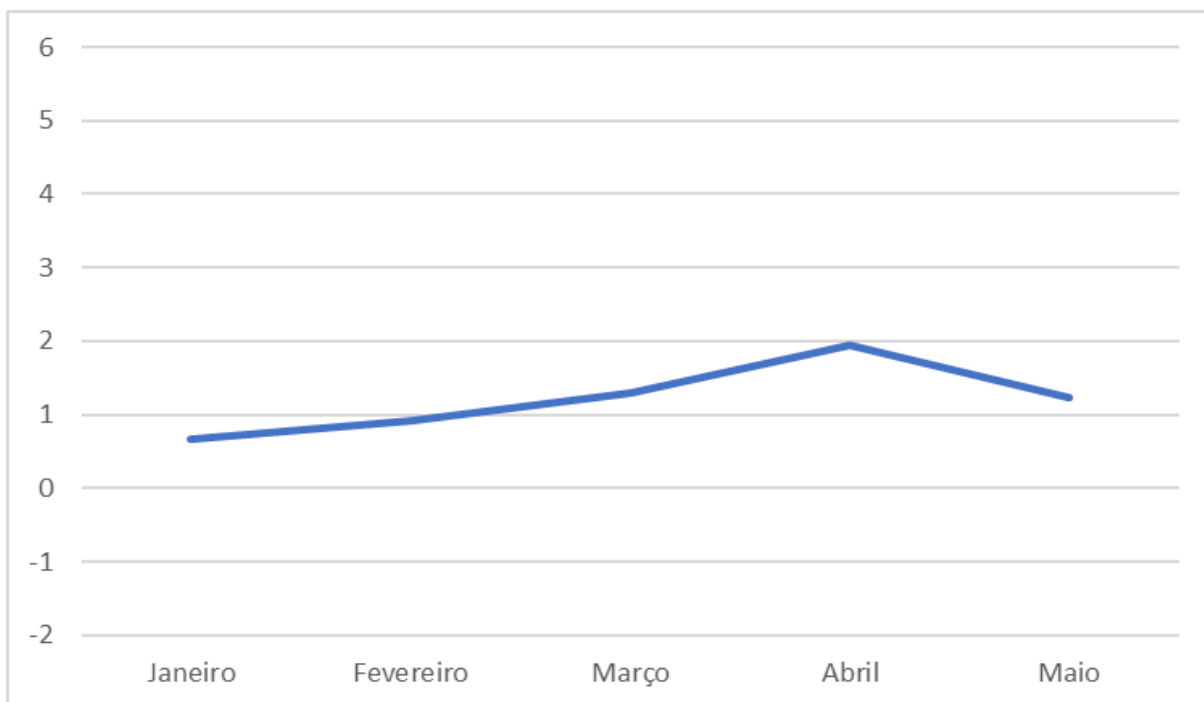
Gráfico 6. Taxa de variação mensal do INPC de Habitação durante o exercício de 2022.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 6, o INPC do grupo de Habitação é baixo nos primeiros três meses, chegando a ter inflação negativa nos meses de Abril e Maio, tendo variação negativa de -0,97% no período.

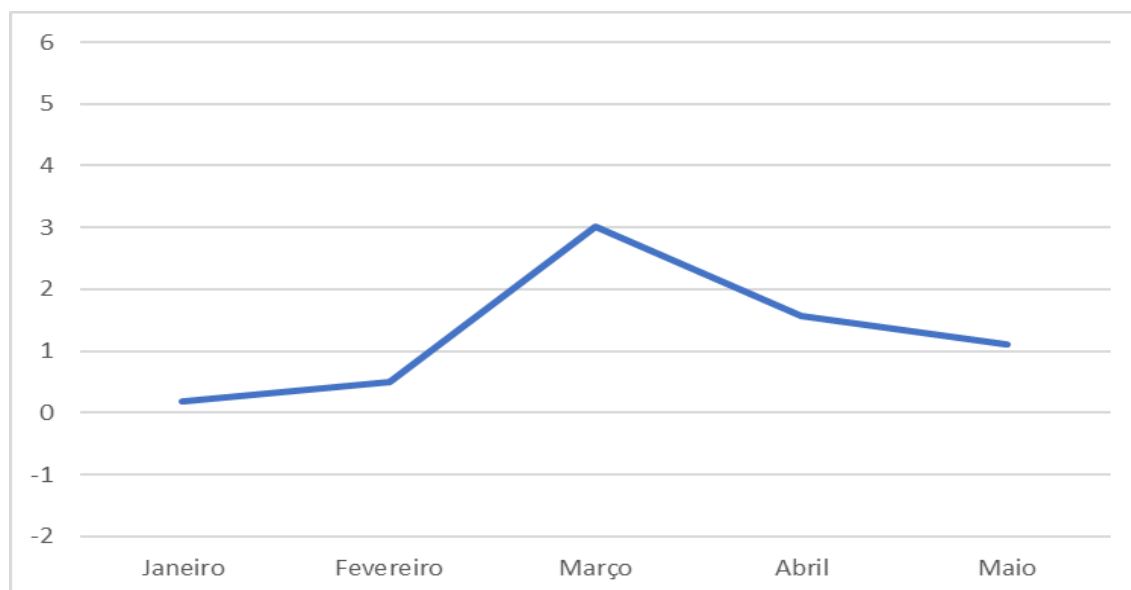
Gráfico 7 - Taxa de variação mensal do INPC de Saúde e cuidados pessoais durante o exercício de 2022.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o gráfico 7, o INPC do grupo de Saúde e cuidados pessoais são maiores para o mês de Abril, porém apresentam variância positiva em todos os meses, dando um total de 6,05% neste período.

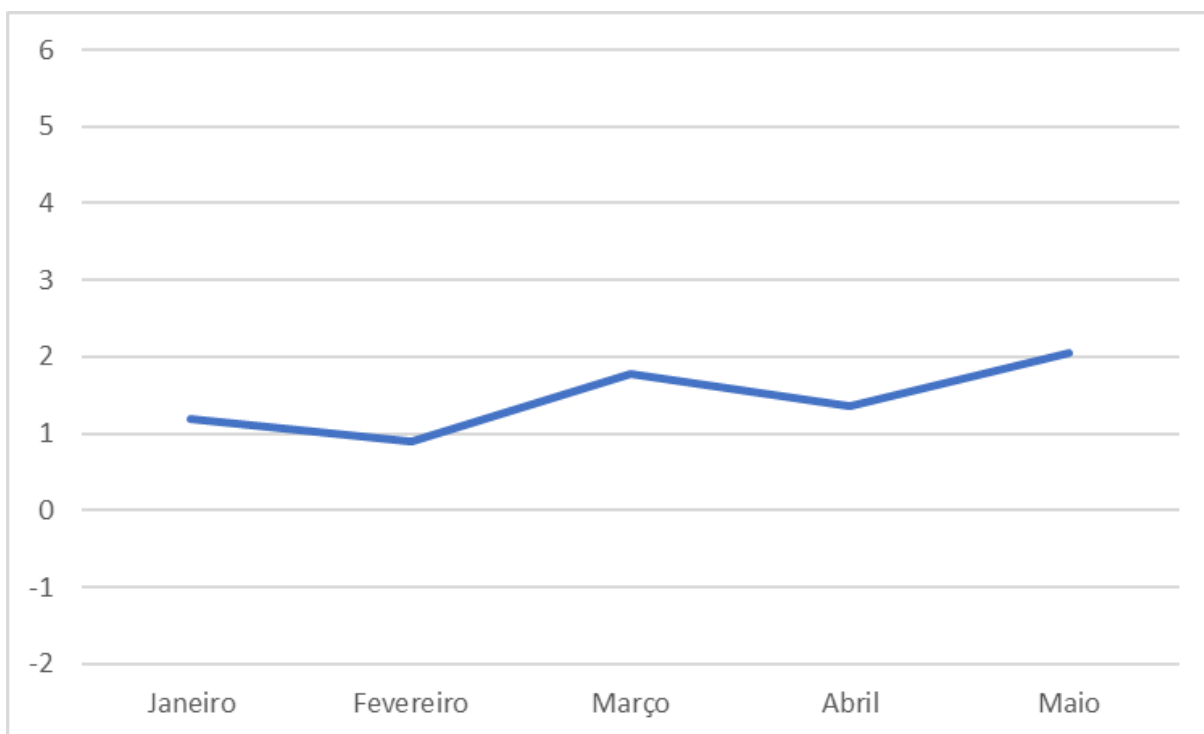
Gráfico 8 - Taxa de variação mensal do INPC de Transportes durante o exercício de 2022.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o Gráfico 8, o INPC do grupo de Transportes apresentou variância positiva em todos os meses, dando um total de 6,38% neste período e destaque para o mês de Março que deu um salto com uma variância de 3,01%

Gráfico 9 - Taxa de variação mensal do INPC de Vestuário durante o exercício de 2022.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

De acordo com o gráfico 9, o INPC do grupo de Vestuário apresentou variância positiva em todos os meses, dando um total de 7,26% neste período, com destaque para o mês de Maio quando a inflação bateu 2,0% pela primeira vez.

Como já observado neste estudo, com base em dados fornecidos pelo IBGE e IPEADATA, os índices de inflação no Brasil nunca mais se encontraram nos patamares vistos durante a grande crise nos anos 1980, ela sempre se manteve controlada no período pós Plano Real.

Em 2022, segundo o IBGE, o INPC em 2022 chegou a 10,60% de janeiro, um patamar elevado quando comparado aos anos anteriores. Em geral, se utilizando da variação percentual por mês do INPC, a inflação vem avançando em 2022 em todos os nove grupos observados, com destaque para o grupo de Alimentos e Bebidas. Deve-se considerar os problemas causados pelo aumento dos preços desse grupo, uma vez que eles, em grande

medida, compõem as cestas de mercado das famílias mais pobres. É possível observar também que o grupo “Habitação” foi o que sofreu menor variação no INPC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Especialmente nas décadas de 1990 e até a primeira metade da década de 1980, a inflação era muito elevada no Brasil. Pode-se dizer que alta inflação desse período era provocada por motivos externos (como a crise do petróleo) e por motivos internos como o componente inercial. A taxa de variação do INPC em 1980 chegou a 100%, segundo o IBGE.

Desde então, foram implementados vários Planos para tentar conter a alta da inflação. Em 1986, o Plano Cruzado foi o primeiro plano de estabilização significativo no Brasil com um sistema de congelamento de preços e substituição da moeda.

Depois do Plano Cruzado, outros planos foram implementados nos governos subsequentes com o mesmo objetivo, controlar a inflação que dava a impressão de que seria irreversível. No entanto, com o Plano Real em 1994, depois de inúmeras tentativas, a inflação foi controlada.

Atualmente, o RMI é utilizado para controlar a inflação no Brasil. Ele consiste na definição de metas para a inflação, previamente anunciadas pelo Bacen, por meio da taxa de juros de curto prazo. A ferramenta escolhida como chave para o controle inflacionário é a taxa SELIC, que representa os juros básicos da economia nacional.

Em 2022, a inflação apresentou uma taxa de 10% a.a de janeiro a maio. Ao analisar todos os grupos de consumo utilizados pelo INPC durante esse período, pode-se observar que o grupo de alimentos e bebidas é o que apresentou a maior taxa de inflação do período.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de preços**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/indicepreco>> Acesso em: 04 Jun. 2022.
- BOMFIM, C. **Uma revisão crítica do Plano Real (1993-1998): Antecedentes, etapas e resultados**. Monografia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.
- CAMPEDELLI, A. **O regime de metas de inflação no Brasil: um balanço do governo Dilma**. Monografia. Pontífice Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2017.
- CARNEIRO, D. **Plano Collor**. Rio de Janeiro, FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-collor>>
- CARRARA, A.; CORRÊA, A. **O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011
- CASTRO, A.; SOUZA, F. **A economia brasileira em marcha lenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CORAZZA, G. **A política econômica do Plano Verão**. Indicadores Econômicos FEE, São Paulo. 1989
- DA SILVEIRA, S. J. C. (2013). **UMA SÍNTESE DA INFLAÇÃO NO BRASIL ENTRE 1979 E 1994**. Estudos do CEPE, UFU. Uberlândia 132-147
- FILGUEIRAS, L. **A História do Plano Real**. Salvador: Boitempo, 1999.
- FONTOURA, D. **Do Cruzado ao Real: Os diferentes planos de estabilização econômica**, Santana do Livramento. Monografia UNIPAMPA, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 11 de Junho de 2022.
- IPEADATA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> Acesso em: 11 de Julho de 2022.
- KOMESU, D. **IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Mundo dos bancos. Disponível em: <<https://mundodosbancos.com/123/ipca/>>. Acesso em: Julho de 2022.
- PAULA, L.; SARAIVA, P. Novo Consenso Macroeconômico e Regime de Metas de Inflação: algumas implicações para o Brasil. **Revista paranaense de desenvolvimento**. v.36. n.38. Curitiba, 2015.

OURIQUE,C. A evolução do INPC e seus componentes no período de 1995-2012 : Existe um papel para a renda?. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.